



TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - JULHO - 2013
ANO 19 - NÚMERO 184

A Justiça que vai até o cidadão

Em todo o Estado, 2.669 oficiais de justiça atuam na Primeira Instância cumprindo citações e intimações e fazendo notificações, entre outras atividades. Apenas na capital, há 484 deles entregando mandados. O trabalho de campo é gratificante, apesar das dificuldades. Na capital, driblar o trânsito e a resistência de alguns cidadãos é o maior desafio. No interior, o acesso às zonas rurais está entre os maiores entraves.

Páginas 4 e 5

O Judiciário nas ruas

Quando as pessoas assistem a um julgamento, muitas vezes não imaginam toda a estrutura que foi mobilizada para que a Justiça se efetivasse naquele momento. Personagem fundamental nesse funcionamento é o oficial de justiça avaliador, que vai às ruas, em contato direto com o cidadão, para cumprir o que a lei determina.

Intimar, notificar e até prender são algumas das atribuições desse profissional, que cumpre as determinações do juiz, batendo de porta em porta. Nesta edição do *TJMG Informativo*, a matéria das páginas

centrais aborda a rotina desse servidor, mostrando os casos, as dificuldades e também a realização pessoal de quem escolheu esse trabalho.

Este número traz ainda matérias sobre justiça gratuita, sobre turismo na Serra do Caparaó e sobre a exposição do artista Leandro Gabriel, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. O entrevistado deste mês é o assessor da Secretaria Especial da Presidência do TJMG, Ricardo de Freitas Reis.

Boa leitura!

Magistrados tomam posse no TJ

O presidente Herculano Rodrigues empossou, em 3 de junho, a juíza Mariza de Melo Porto no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça. A magistrada passou a integrar a 11ª Câmara Cível do TJMG. Em 7 de junho, o juiz Sálvio Chaves tomou posse como desembargador do Tribunal de Justiça. A solenidade de posse, na Unidade Raja Gabaglia, foi presidida pelo 1º vice-presidente do TJ e superintendente judiciário, desembargador Almeida Melo. Sálvio Chaves tomou assento na 7ª Câmara Criminal.



Interior tem novas varas



O presidente do TJMG, desembargador Herculano Rodrigues, instalou, em 11 de junho, na comarca de Vespasiano, a 2ª Vara Criminal, de Execuções Penais e de Cartas Precatórias Criminais (foto). Com isso, a comarca passou a ter quatro varas, além de uma unidade do Juizado Especial. As comarcas de Itabirito e Unaí também passaram a contar com novas varas. Em 14 de junho, foi instalada, em Itabirito, a 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais. A vara até então existente na comarca passou a ter a denominação e a competência de 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude. E, em 28 de junho, foi instalada a Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Unaí, no Noroeste de Minas.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

Editoras:

Francis Rose e Patrícia Melillo

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Shirley Moraes

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br



Renata Caldera

■ O Tribunal de Justiça terá sistema que vai permitir calcular o número de processos com o benefício de justiça gratuita

Justiça gratuita deve ser concedida apenas a quem não pode pagar

Manuela Ribeiro

Justiça para todos. Esse preceito constitucional é assegurado mesmo a quem declare não ter condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais e com os honorários de advogados e peritos. O benefício da justiça gratuita, porém, impacta as contas

“O Sistema de Informações Estratégicas do Judiciário (Sijud), que está em desenvolvimento, reunirá informações estatísticas, permitindo calcular com segurança o número de processos que tramitam com justiça gratuita. Nessas ações, a parte fica desobrigada de adiantar valores referentes às custas e despesas processuais. O TJMG arca, por exemplo, com o deslocamento do oficial de justiça para a prática de atos”, afirma o presidente Herculano Rodrigues.

O desembargador esclarece que, em especial, no que se refere a perícias, a justiça gratuita dificulta a resolução do processo, pois poucos profissionais se dispõem a atuar sem receber honorários. “Para superar esse obstáculo, alternativas vêm sendo buscadas. No que concerne às ações de reconhecimento de paternidade, o TJ, mediante convênio com o Estado, encontrou um caminho para a realização de perícias de DNA”, afirma.

Necessidade

“O jurisdicionado não precisa comprovar pobreza, mas o magistrado pode indeferir o pedido com base nas demonstrações da capacidade econômico-financeira constantes dos autos. Judiciário e Estado não devem despender recursos para atender interesses de terceiros com capacidade financeira”, esclarece a juíza auxiliar da Presidência Flávia Lanari. Um exemplo de

incoerência seria o de alguém que se queixasse do extravio de bagagem em uma viagem à ilha de Bora-Bora ou entrasse em uma disputa por um bem orçado em milhões de reais e solicitasse, nessas ações, o benefício da justiça gratuita.

Conforme o juiz auxiliar da Presidência Renato Jardim, cada julgador decide de acordo com o caso concreto: “Acredito que a maioria é a favor de controle mais rígido. Porém, a questão é jurisdicional. Para evitar abusos, o magistrado pode pedir um comprovante de renda para aferir se a pessoa pode pagar ou não”.

Na avaliação do desembargador Alexandre Santiago, a Constituição de 1988, ao afirmar que o Estado deve prestar assistência àqueles que são comprovadamente carentes, “desautoriza a presunção de pobreza pela simples declaração da parte”.

O desembargador já indeferiu inúmeros pedidos de justiça gratuita e observa que, a despeito da diversidade de posicionamentos, trata-se de um direito a ser assegurado desde que se comprove a necessidade. “Não é porque uma pessoa tem renda alta que ela obrigatoriamente pode arcar com custos processuais: gastos em seu orçamento podem impedi-la. Mas a justiça gratuita representa um impacto significativo nas contas do Estado, pois cada processo envolve gastos além das custas. Se o Judiciário negar pedidos com mais frequência, quem não precisa vai se sentir desestimulado a solicitar o benefício”, diz.

O Sistema de Informações Estratégicas do Judiciário (Sijud), que está em desenvolvimento, reunirá informações estatísticas, permitindo calcular com segurança o número de processos que tramitam com justiça gratuita

do Judiciário, devendo o magistrado avaliar criteriosamente se a pessoa que o requisita tem ou não condições financeiras.

Oficial de justiça auxilia



Henrique Moraes e Glécia Barbosa percorrem o bairro Funcionários, em Belo Horizonte, para efetuar a entrega de mandados

Lígia Tolentino

“As histórias são tantas, mas a gente não consegue se lembrar de todas.” Assim Henrique Moraes Pessoa, 49, se refere aos quase 17 anos de trabalho como oficial de justiça avaliador em Belo Horizonte. Para retratar o cotidiano de quem atua nesse cargo, a equipe do *TJMG Informativo* acompanhou o profissional e a colega de trabalho Glécia Myrian Barbosa por algumas horas. Durante a caminhada pela região Centro-Sul da capital mineira, enquanto Henrique e Glécia cumpriam os mandados do dia, não faltaram histórias.

A narrativa de Henrique revelou um funcionário experiente, com muitos casos para contar e que não desanima com as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Os olhos do oficial de justiça brilham ao falar da profissão.

Henrique é um dos 2.669 oficiais de justiça em

exercício na Primeira Instância do TJMG. Entre as suas atribuições, está o cumprimento de citações, intimações, notificações, buscas e apreensões e, em alguns casos, até a prisão de pessoas em conflito com a lei. Ainda há outras atividades, regulamentadas pela Resolução 367 de 2001. “O oficial de justiça equivale às mãos e aos olhos do juiz, que não pode ir até o local. O oficial leva informações e auxilia no cumprimento da lei.”

Glécia e Henrique atuam na região 84, que corresponde ao bairro Funcionários, na capital. A cidade é dividida em 115 regiões, sob a responsabilidade de 484 oficiais de justiça. Todos os dias,

cada um recebe um número variável de mandados a cumprir, que deve ser entregue em, no máximo, dez dias corridos. E é assim em todo o Estado. Cabe ao oficial se organizar para realizar suas tarefas e localizar

Cabe ao oficial se organizar para realizar suas tarefas e localizar os destinatários das comunicações

os destinatários das comunicações.

Na capital, Henrique explica que desenvolveu uma estratégia: ele evita o horário do almoço quando os mandados devem ser entregues em empresas e órgãos públicos, escolhe o início da noite se já tentou sem sucesso o contato em residências durante o dia, nunca aparece muito cedo e sempre tenta se informar com pessoas que trabalham no local.

Júlio César Gomes Souto também trabalha como oficial de justiça avaliador. Há 20 anos, ele exerce a função na comarca de João Pinheiro, no Noroeste de Minas. E destaca vantagens e desvantagens de trabalhar no interior do Estado. “Conheço praticamente todo mundo. Sei de cada rua, de cada viela e também quem são as pessoas que atendo. Ao mesmo tempo, por ser uma cidade pequena, tenho a impressão de que as informações viajam rápido. Algumas vezes, as pessoas que preciso localizar parecem desaparecer na cidade”, explica Júlio.

A comarca de João Pinheiro inclui a cidade de Brasilândia de Minas e a zona rural das duas cidades. É ali que Júlio César diz surgirem as principais dificuldades. “Certa vez meu carro atolou na lama. Em outro atendimento, num dia de chuva, passei por um córrego para entregar o mandado e quando voltei a água havia subido demais. Passei horas ilhado”, relembrou.

Paciência

Os anos de experiência ensinaram a Henrique que todo oficial de justiça deve ter paciência e precisa saber abordar os cidadãos. “Levamos uma comunicação da Justiça à casa das pessoas. Cada um vai reagir de um jeito. Embora o destinatário do mandado tenha dado causa àquela ação, ele não merece ser maltratado. Por outro lado, o cidadão precisa entender que tem como resolver aquela situação, e que o oficial de justiça não está ali para atrapalhar sua vida”, diz.

no cumprimento da lei

Fotos: Marcelo Albert



Para Olinto Ferreira de Paiva, o processo judicial só se concretiza após a realização do trabalho do oficial de Justiça

Por conta das dificuldades enfrentadas na entrega de alguns mandados e também para diminuir um pouco a solidão do trabalho, Henrique passou a trabalhar em companhia de sua colega, a servidora Glécia Myrian Barbosa. Há 20 anos no tribunal, mas há apenas dois na função de oficial de justiça, ela diz que aprende todos os dias e que acredita que o contato com pessoas diferentes tem contribuído para o seu crescimento pessoal.

Ela comemora também a flexibilidade de horários e a possibilidade de ter um parceiro para dividir a tarefa, trocar ideias e enfrentar eventuais resistências de pessoas que recebem mal o oficial. “Ficamos mais tempo na rua, porque precisamos passar nos endereços agendados para duas pessoas, ao invés de uma. Mas podemos ajudar um ao outro, aprender e, claro, nos proteger de possíveis perigos”, pondera.

Habilidades

Henrique e Glécia destacam a paciência e a capacidade de se comunicar como características que desenvolveram e que consideram essenciais para quem se interessa pelo trabalho como oficial de justiça avaliador. Essas habilidades devem fazer parte do dia a dia dos candidatos que pretendem fazer o concurso para o cargo, em andamento no TJMG. Ao todo, serão selecionados 99 oficiais de justiça avaliadores para atuar nas comarcas do Estado, além daqueles que vão formar cadastro de reserva para as cidades que não possuam vagas abertas.

As inscrições serão feitas de 15 de julho a 15 de agosto de 2013. A seleção será realizada por meio de provas de português, noções de informática e de direito e conhecimentos específicos, todas objetivas de múltipla escolha.

A dica de Henrique é que as pessoas não desistam do trabalho ao se deparar com as dificuldades. “O

candidato não deve buscar só salário ou estabilidade. É preciso querer trabalhar e é importante ter conhecimento de direito, para entender o teor do mandado que está sendo entregue. É preciso também estar preparado para se comunicar.”

Com persistência e diálogo, Henrique conta que já realizou prisões sem a resistência do réu, mas também já presenciou uma tentativa de suicídio quando precisou informar a separação de corpos a um homem que agrediu sua mulher. O oficial participou de desocupações de propriedades e da retirada de manifestantes da prefeitura. Já realizou a busca de menores a pedido de pais que estavam afastados da convivência com os filhos e já apresentou diversas cobranças de dívidas, hoje o caso mais comum na região em que atua.

Levamos uma comunicação da Justiça à casa das pessoas. Cada um vai reagir de um jeito

O gerente Olinto Ferreira de Paiva, da Gerência de Cumprimento de Mandados de Belo Horizonte, afirma que o oficial de justiça é essencial para que uma ação judicial se torne realidade. “O processo só se concretiza após o cumprimento de um mandado. Se o oficial não cumpri-lo, não há processo”, diz o servidor, que atua como oficial de justiça há 45 anos.

Ele explica que os oficiais, na capital, enfrentam um grande desafio com o trânsito, que muitas vezes prejudica o cumprimento de mandados, especialmente aqueles em caráter de urgência. Outro problema para a categoria é a falta de respeito dos cidadãos. “Quando iniciei minha carreira, era tratado como um representante do Estado. Hoje as pessoas nos tratam de maneira grosseira.” Apesar das dificuldades, Olinto diz que o resultado do trabalho é gratificante.

De estagiário a assessor jurídico da Presidência



Marcelo Albert

Sobre sua trajetória dentro da instituição, Ricardo de Freitas Reis declara que o Tribunal de Justiça é uma casa de oportunidades

Daniele Hostalácio

Com apenas 32 anos, Ricardo de Freitas Reis já percorreu uma longa estrada no Judiciário mineiro. Ainda quando estudante de direito, foi estagiário na comarca de Sete Lagoas e, já formado, assessor de juiz na 2ª Vara Criminal na mesma comarca e na 1ª Vara Criminal de Ribeirão das Neves. O ingresso na Segunda Instância se deu em 2008, por meio de concurso público para técnico judiciário do TJMG. Começou atuando na Assessoria Jurídica da Presidência, até receber, em agosto de 2012, o convite para ser assessor jurídico da Secretaria Especial da Presidência (Sespre) – Comissões Permanentes. Na função, ele subsidia as ações destinadas à elaboração e ao acompanhamento de atos normativos expedidos pelo Tribunal, bem como assessora e coordena os trabalhos cartorários das comissões permanentes, atuando diretamente com as instâncias máximas de poder dentro do Judiciário mineiro – o presidente do TJMG e os demais desembargadores. Nascido em Sete Lagoas, mas criado em Santana do Pirapama (região Central), Ricardo Reis flertou com a odontologia, tendo feito dois vestibulares para a área, mas se encontrou no direito. “Tão logo comecei o curso, vi que essa era minha vocação. Sou hoje muito feliz, pois gosto muito do que faço”, declara.

TJMG Informativo – Como você encarou o desafio de se tornar assessor da Sespre – Comissões Permanentes?

Ricardo de Freitas Reis – Fiquei muito honrado. É um cargo de grande responsabilidade, que foi ocupado por muito tempo pelo professor Lakowsky Dolga. Ele se tornou referência do setor e tem ainda hoje a confiança e o respeito dos desembargadores. Mas o tamanho da responsabilidade acaba sendo também um grande estímulo.

Você assumiu o cargo de assessor da Sespre quase ao mesmo tempo em que entrou em vigor o novo Regimento Interno do TJMG. Que desafios adicionais isso lhe trouxe?

O novo Regimento Interno inovou ao introduzir um modelo de gestão colegiada. Com a inovação, foi dado mais poder às comissões permanentes; o número delas aumentou, bem como a competência. Com isso, houve um substancial aumento de trabalho. Além disso, no início, por se tratar de um documento novo, chegavam até nós muitas dúvidas. Mas a vantagem é que se trata de algo novo para todos.

Como é atuar de maneira tão estreita com a Presidência e os vários desembargadores?

Tem sido uma experiência enriquecedora. E sinto que o fato de eu ter passado pela Primeira Instância foi muito importante. Hoje, quando tenho de dar um parecer sobre a demanda de um juiz, por exemplo, sei muito bem a realidade dele, porque a vivenciei de perto. Atuando na Primeira Instância, eu experimentava os resultados das decisões das instâncias superiores; hoje, tenho a oportunidade de assessorar na tomada dessas decisões.

Atuando na Primeira Instância, eu experimentava os resultados das decisões das instâncias superiores; hoje, tenho a oportunidade de assessorar na tomada dessas decisões

Você começou sua trajetória no Judiciário mineiro ainda como estagiário na Primeira Instância, no interior de Minas. Hoje, é assessor jurídico da Sespre. Como tem sido trabalhar no TJMG?

Eu fiz três vestibulares: dois para odontologia e um para direito. Logo que comecei a cursar direito, no Centro Universitário de Sete Lagoas, encontrei-me no curso e descobri minha verdadeira vocação. Fiz o curso cheio de expectativas e, desde que me formei, em 2003, tenho abraçado todas as oportunidades que surgiram e

só tenho a agradecer por todas elas. Posso afirmar que o TJMG é uma casa de oportunidades.

Raul Machado

Os sete quilômetros de caminhada durante a madrugada e as baixas temperaturas, que chegam a ser negativas, não espantam quem deseja chegar ao Pico da Bandeira, situado no Parque Nacional do Caparaó. Vencer a caminhada, o cansaço, o suor e o frio parece pouco quando a trilha chega ao fim e a paisagem se descortina para os visitantes. A sensação de estar nas nuvens descreve com precisão as impressões de quem está a uma altitude de 2.892m. Tão surpreendente quanto superar os desafios do caminho é acompanhar o desponar dos primeiros raios de sol.

O Parque Nacional do Caparaó fica na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo. A área, de 31.853 hectares, abriga o Pico da Bandeira, terceiro ponto mais alto do Brasil, atrás apenas do Pico da Neblina e do Pico 31 de Março. O parque abriga ainda o Pico do Cristal, com 2.798m, e o Pico do Calçado, com 2.766m.

A sensação de estar nas nuvens descreve com precisão as impressões de quem está a uma altitude de 2.892m

O Pico da Bandeira tem esse nome por determinação de D. Pedro II. Em 1859, ele determinou que uma bandeira do Império fosse fincada no alto do cume, que pensava-se ser o mais alto do Brasil. O Parque Nacional foi criado em 1961.

A flora do parque é constituída principalmente pela mata atlântica, mas os campos de altitude também estão presentes. Os meses sem chuva são os melhores para



No Pico da Bandeira, no parque do Caparaó, à noite e nas primeiras horas do dia, as temperaturas chegam facilmente a -5°C

visitação, pois o tempo seco deixa o céu mais limpo, permitindo a contemplação da serra e dos picos.

O Parque Nacional do Caparaó recebeu aproximadamente 45 mil visitantes no ano passado. O acesso é feito pela portaria localizada no município de Alto Caparaó, em Minas Gerais, ou pela portaria do Espírito Santo, na localidade de Pedra Menina, no município de Dorcas do Rio Preto.

A principal atração do parque é a caminhada até o Pico da Bandeira, mas as várias cachoeiras às margens das trilhas também merecem destaque. O caminho de 7km da portaria de Alto Caparaó, a aproximadamente 1.000m de altitude, até a área de acampamento Tronqueira, a 1.970m, pode ser percorrido com carro de passeio ou em veículos *off road*. Mas essa é só a primeira parte do trajeto. O restante, outros 7km, devem ser percorridos a pé.

Uma das programações adotadas pelos visitantes consiste em entrar no parque à tarde, chegando à Tronqueira de carro. De lá, seguem até outra área de acampamento, chamada Terreirão. Para acampar nos dois pontos, é necessário fazer reserva por telefone ou no site do parque.

Normalmente, as pessoas ficam no Terreirão até as 3h, quando partem para a última etapa da caminhada até o Pico da Bandeira, para chegar ao cume e contemplar a alvorada. Todo o trajeto, sem contar a parada no Terreirão, é feito em aproximadamente quatro horas.

Procedimento

No pico, durante a noite e nas primeiras horas do dia, as temperaturas chegam facilmente a -5°C. Por isso, é importante levar agasalhos e roupas extras. É necessário trocar as peças molhadas de suor para evitar o risco de hipotermia.

No caso das cachoeiras, o acesso pode ser feito de carro e por trilhas, conforme o ponto escolhido. Em algumas há infraestrutura para churrasco e piquenique.

A entrada no parque custa R\$ 11 por pessoa. Para pernoitar, é preciso pagar outra taxa, no valor de R\$ 6 por pessoa. As churrasqueiras do parque podem ser alugadas por R\$ 5. Em Alto Caparaó, apenas os celulares da operadora Claro funcionam.

Informações: (32) 3747-2086 ou 3747-2943 e www.icmbio.gov.br/parnacaparao.



A caminhada até o Pico da Bandeira e as cachoeiras e os cursos d'água às margens das trilhas são as atrações do parque do Caparaó, que fica na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo

Sucata é matéria-prima de exposição no Fórum Lafayette



As grandes esculturas de metal espalhadas pelo Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, foram feitas a partir de sucata, e compõem a mostra *Fragmentos*, do artista plástico Leandro Gabriel

Rosana Maria

Grandes esculturas de metal espalhadas pelos jardins, na Galeria de Arte e na entrada principal do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, fazem parte da mostra *Fragmentos*, do artista plástico Leandro Gabriel. Árvores, plantas aquáticas, corpos contorcidos ou o que a imaginação livre quiser. Para Leandro Gabriel, esta é a função da arte: comunicar-se por si só, provocar o olhar, ensejando diferentes interpretações, que partem da vivência de cada um.

Sucatas são a matéria-prima utilizada pelo artista plástico para a criação de suas obras. Antigos utilitários são cortados, soldados e transformam-se em esculturas irreverentes, que marcam o ambiente onde estão. Leandro Gabriel conta que o estímulo para a arte veio de sua educação familiar. “Sempre fomos pessoas ligadas a trabalhos manuais”, lembra o artista, filho de mãe bordadeira e costureira. O pai também tinha grande habilidade manual. Ele ensinou os filhos a construir os próprios brinquedos. Da brincadeira, surgiu o artista. “Hoje não

me vejo sem arte, que, para mim, é toda a minha existência.”

Com várias obras espalhadas pela cidade – no Ponteio Lar Shopping, no *campus* Barreiro da PUC Minas e na Câmara Municipal, por exemplo –, Leandro Gabriel prioriza a divulgação pública da arte para permitir que as pessoas vivenciem as obras e dialoguem com elas fora do espaço de uma galeria. Suas peças também estão em exposição permanente no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, na região metropolitana de Belo Horizonte, e fazem parte do acervo do Museu de Arte Contemporânea de Brasília.

Identidade

Leandro também participou da revitalização do Parque Roberto Burle Marx, mais conhecido como Parque das Águas, no Barreiro. Em 23 anos de carreira, ele acredita ter construído a sua identidade. Observa que muitas pessoas não o conhecem, mas

identificam os seus trabalhos, porque já os viram em alguns locais. “A obra acaba sendo uma assinatura”, comenta.

O artista também oferece oficinas, tanto no ateliê como em escolas, pois considera a arte um veículo de sensibilização das pessoas. Em várias escolas municipais do Barreiro, em Belo Horizonte, Leandro realiza o projeto itinerante *Escultórias* – A união da escultura com as

histórias, com a contadora de histórias Sandra Lane. O artista leva as esculturas para as salas de aula e incentiva os estudantes a criar narrativas a partir da observação das obras e da troca de ideias com os artistas.

Leandro Gabriel é graduado em edu-

cação artística com licenciatura em artes plásticas pela Fundação Escola Guignard e pós-graduado em arte/educação pelo Centro de Pesquisas de Minas Gerais. O artista já participou de diversas exposições individuais e coletivas por todo o Brasil.

A mostra *Fragmentos*, que tem curadoria de Nana D'Armond, pode ser visitada até 26 de julho, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. A galeria fica na avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto, e integra o Espaço Cultural Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.

O artista leva as esculturas para as salas de aula e incentiva os estudantes a criar narrativas a partir da observação das obras e da troca de ideias com os artistas